



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
---------------------------	---	---------------

Local

Sede da SMA em São Paulo - Prédio 6, 1º andar, sala de reuniões do CONSEMA

Data

26/05/2015

Assunto

5ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do SIGAP

PARTICIPANTES

	NOME	SIGLA
1.	Alexandre Uehara	GAB/SMA
2.	Berenice Maria Gomes da Silva	Projeto Tamar
3.	Caique Martins de Andrade	GAB/SMA
4.	Carol Born	CBRNSMA
5.	Cibele Aguirre	CEA/SMA
6.	Clovis Ricardo Schrappe Borges	SPVS
7.	Cristina Maria do Amaral Azevedo	GAB/SMA
8.	Cybele da Silva	Eco-Jurêia
9.	Djalma Weffort de Oliveira	APOENA
10.	Domingos Sávio Rodrigues	IBt/SMA
11.	Eduardo Pereira Cabral Gomes	IBt/SMA
12.	Fernando Barrancos Chucre	UGP Serra do Mar
13.	José Pedro de Oliveira Costa	GAB/SMA
14.	Luciano Martins Verdade	CENA/USP
15.	Marco Aurélio Nolon	IF/SMA
16.	Maria de Lourdes Rocha Freire	ACOM/SMA
17.	Mário Luís Orsi	CCB/UEL
18.	Peter Mix	APOENA
19.	Ricardo Ribeiro Rodrigues	ESALQ/USP
20.	Rodrigo Victor	FF/SMA
21.	Sueli Angelo Furlan	FFLCH/USP
22.	Virgínia Dorazio	GAB/SMA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
---------------------------	---	---------------

PAUTA

Informes

- Realização do Seminário Pró-Primatas Paulistas e o Plano de Ação para Conservação dos Primatas Paulistas
- Instalação da Comissão Permanente para Criação e Ampliação das Áreas Protegidas do Estado de São Paulo
- Instalação do GT Desenvolvimento Sustentável da Serra da Mantiqueira
- Publicação do Regimento Interno do CCSIGAP
- Outros

Apresentações

- 1 - Câmara de Compensação Ambiental – **Cristina Azevedo**
- 2 - Corredor de Biodiversidade do rio Paraná – **Djalma Weffort**
- 3 - CP Criação e Ampliação das Áreas Protegidas: Critérios utilizados para a proposição das áreas criadas ou em processo de criação/ampliação - **José Pedro de O. Costa**
- 4 - Integração das proposições do CCSIGAP (Relatório 2014) às diretrizes da SMA – **Malu Freire**

Atualização dos Grupos de Trabalho

- Planos de Trabalho
- Sustentabilidade Financeira das UCs
- Aperfeiçoamento Contínuo de Critérios (Novas Áreas e CCA)

Debates

Encaminhamentos

Encerramento

RESUMO DA REUNIÃO

Abertura	- Dando início à reunião, Cristina Azevedo (Kitty), presidente do CCSIGAP, deu as boas vindas a todos e, referindo-se à pauta, destacou que há uma série de informes para atualizar a todos sobre as ações que estão em curso e que têm uma interface grande com este conselho. Pediu a José Pedro para apresentar estes informes discriminados na pauta.
Informes	1 - José Pedro informou que Kitty foi alçada à condição de Secretária Adjunta da SMA. Propõe um voto de parabéns e de agradecimento por todo o seu trabalho, ao que todos anuíram manifestando apoio. 2 - Sobre a Comissão PRÓ-PRIMATAS PAULISTAS, criada em meados do ano passado, informa: a) Até o final de 2014, foi elaborado o Plano Emergencial para Conservação dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo, com a participação da FF, IF e de ONGs, como a Associação Pró-Muriqui e o IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Este Plano Emergencial indicava com veemência a necessidade de mais conhecimento, de mais estudos e também de algumas ações emergenciais. Depois disso, a PRÓ-PRIMATAS passou, neste ano de 2015, a fazer a busca de mais informações e a definir um Plano de Ação para Conservação dos Primatas Paulistas, que é uma das funções dadas pelo Decreto do Governador que criou a Comissão. Este Plano de Ação foi feito e está decidido que é um Plano “<i>in progress</i>” porque a cada dia chegam novas informações, mas já tem lá uma série de ações para as quais estamos buscando solução de financiamento para poder realizá-las. b) Foi realizado no dia 12/05/2015 o Seminário Pró-Primatas Paulistas, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados/USP, no âmbito do Programa <i>Rainforest Business School</i>. Ultrapassou as expectativas em termos de sucesso; tínhamos 40 lugares,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	apareceram mais de 80 pessoas e mais de 500 acompanharam em tempo real, <i>online</i>, pela transmissão ao vivo via Internet. Estamos fazendo com que os primatas sejam conhecidos, mas é preciso fazer com que sejam protegidos e isso é muito mais complexo. O Programa Rainforest Business School, que também é do nosso interesse, pretende instalar uma “Escola de Gestor de Negócios para a Floresta Tropical”. Nesse âmbito, os primatas foram entendidos, pelo IEA, como o elemento catalisador de um Plano Modelo, para verificar o que pode ser feito nesse sentido. José Pedro pede a participação de todos que podem colaborar, já que é um projeto aberto. 3 - Foi criada a Comissão Permanente de Criação e Ampliação das Áreas Protegidas do Estado de São Paulo - CNAP, que é uma decisão da Secretária Patrícia Iglecias. Quem coordena a CNAP é a Dra. Lídia Passos, Diretora Executiva da Fundação Florestal, junto com José Pedro. Está prevista uma apresentação, ainda nesta reunião, sobre o que é esta Comissão Permanente e sobre as 07 áreas eleitas como prioritárias, que estão em fase “final” de burocracia para sua criação. 4 - Instalação do Grupo de Desenvolvimento Sustentável da Serra Mantiqueira, derivado de um GT criado no ano passado e que foi renovado e atualizado pela Secretária Patrícia Iglecias. É coordenado pelo Dr. Ítalo Mazzarella, presidente da Fundação Florestal. A ideia é um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Serra da Mantiqueira e que trate também possivelmente de um mosaico. Já existe um mosaico de UCs na Mantiqueira que é coordenado pelo governo federal. Existiu uma proposta de um parque nacional, que era o mais razoável, já que a Mantiqueira nesse setor inicial que vai de Campos do Jordão até o Itatiba, perpassa três estados (principalmente São Paulo e Minas, mais uma parte Rio de Janeiro). À vista da falta de ação federal, a decisão do Estado é a de se fazer alguma coisa em relação ao que pode ser feito no âmbito do território paulista. 5 - Malu informou que foi publicada a Resolução SMA 32, 19 de maio de 2015, (anexa) que aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do SIGAP. Kitty esclarece que o Decreto que instituiu o SIGAP foi alterado, pois previa que o Regimento Interno deveria ser instituído por decreto. Este conselho aprovou a alteração deste ponto no decreto, o que ocorreu. Fica estabelecido, então, que o Regimento Interno é aprovado por Resolução da SMA facilitando o eventual aprimoramento futuro deste regimento (alteração do Decreto anexa). 6 - Kitty informou que não poderá mais continuar na presidência do CCSIGAP pelas dificuldades (de ordem lógica, ética e de disponibilidade de tempo) em compatibilizar tal função com a de Secretária Adjunta. Informou que solicitou à Secretária que seja alterado o Ato do Governador que nomeou o Conselho, retirando seu nome como membro do mesmo e consequentemente da Presidência do Conselho.	
Escolha do novo nome para a presidência do CCSIGAP	- José Pedro levantou a questão sobre quem poderá substituir a Kitty na presidência. Informa que houve uma discussão prévia de critérios, no Gabinete da SMA, onde se destacou o critério da competência, o da disponibilidade de tempo, o do conhecimento dos assuntos, entre outros. Seria desejável, não exatamente um critério, que fosse alguém interno à SMA e, com isso, tivesse a estrutura da Secretaria para apoiar. Propõe então o nome de Malu Freire que, além de preencher os requisitos, já ocupa a função de secretária executiva o que lhe confere a posição de <u>segunda substituta da presidência</u>, permanecendo a Profa. Sueli Furlan como vice-presidente. - Kitty ressaltou que nessa proposta a Virginia Dorazio assumiria a Secretaria Executiva, sendo hoje a suplente, e assim as posições dariam uma “girada”. Considera que o Conselho tem uma importância fundamental para garantir que a mudança que	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	conseguimos e que está se consolidando, de fato se consolide. “Na hora em que o governador coloca uma secretária técnica na SMA e a secretária coloca uma técnica de carreira da SMA como secretária adjunta, é uma mudança significativa da gestão passada para a atual. É uma mudança que temos que reconhecer, mas que, para permanecer, necessita de apoio, necessita de críticas, necessita de orientação. Portanto acho que este Conselho precisa continuar trabalhando como vinha e por isso acho que a Malu seria a pessoa indicada para continuar impondo esse ritmo de trabalho estando à frente do Conselho. Se todos concordarem, já podemos admitir essa mudança uma vez que a Malu já é a segunda substituta da presidência”. Hoje não conseguiremos formalizar a eleição, pois é necessária a recomposição do Conselho. Outra mudança é a alteração da representação da CBRN, substituindo Daniel Glaessel por Carolina Born Toffoli. - Sueli Furlan apoiou esta “girada” porque sendo uma pessoa externa à SMA, não teria condições de assumir a presidência e toda a carga de trabalho demandada. Apoiou a indicação do nome da Malu porque considera que esta tem sido “a alma” da movimentação desde Conselho, estando plenamente de acordo. Não houve manifestação em contrário, ficando aceita as condições de como foi apresentado. Malú – Agradeceu a confiança e pediu apoio de todos para assumir a presidência do conselho.	
Câmara de Compensação Ambiental - CCA	Dando prosseguimento à pauta, Kitty sugeriu a alteração da ordem das apresentações, pois não pôde permanecer na reunião em função de uma demanda no Gabinete. Solicitou a Alexandre Uehara que fizesse a apresentação prevista. Explicou as atribuições da CCA, informou que a presidência é da Secretária Adjunta e que todas as decisões sobre o destino dos recursos da compensação ambiental para as Unidades de Conservação passam pela Câmara de Compensação Ambiental. Informa que pela primeira vez temos um bom diagnóstico que foi apresentado no CONSEMA e que o Alexandre Uehara apresenta nesta reunião. A Secretaria pediu uma maior transparência da CCA e este diagnóstico foi incluído também no site da SMA. Lembrou que no início do ano o Dr. Marcelo Sodré, então Secretário Adjunto, pediu para que o Conselho indicasse critérios para orientar o trabalho da CCA, o que deveria ser prioritário para investimento nas Unidades de Conservação. Pelo SNUC a primeira prioridade seria a regularização fundiária e os limites das UC's. Explica a dificuldade em fazer a regularização fundiária devido à “judicialização” do processo. Talvez devêssemos fazer um equilíbrio um pouco mais adequado com relação a quanto se investe em regularização fundiária e quanto se investe em outras coisas igualmente importantes, como gestão e fiscalização que são mais facilmente executadas. Kitty – pediu licença a todos para se retirar e se coloca a disposição para acioná-la como Secretária Adjunta para várias demandas. Malú – Deu sequência a reunião solicitando ao Conselheiro Djalma Weffort que fizesse sua apresentação conforme alteração na pauta sugerida pela Kitty.	
Apresentação sobre “Corredor de Biodiversidade do rio Paraná” - Djalma Weffort	Iniciou apresentação sobre um projeto proposto por 71 instituições participantes, representantes da sociedade civil, do governo e das universidades. Discorreu sobre o corredor de biodiversidade do rio Paraná que teve início na década de 70. Um corredor que juntava os maiores remanescentes de Mata Atlântica da Floresta Estacional Semi-decidual. Explica que o corredor é uma ferramenta de planejamento, com definições pontuais de corredores ecológicos que desempenharia o papel de fazer a ligação de fragmentos na “eco-região”. Informa que o corredor envolve 02 (dois) biomas, Mata Atlântica e Cerrado, fronteiras com 03 (três) países, 07 (sete) estados e 297 municípios, com 11 (onze) áreas prioritárias e região hidrográfica do Paraná.	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
---------------------------	---	---------------

	Comenta os dados a ANEEL sobre a energia gerada no País, e sobre a matriz produtiva que é a agropecuária e a bio-energia. Explica as imagens da sua apresentação (anexa) que está interligada ao que está sendo discutido nesta reunião.
Apresentação sobre a “Comissão Permanente para Criação e Ampliação de Novas Áreas Protegidas” – José Pedro de O. Costa	Malu agradeceu a exposição feita pelo Conselheiro Djalma e passou a palavra para José Pedro que fez uma breve explanação sobre o histórico do SIGAP. Relembrou que algumas ações propostas foram aceitas pela SMA antes mesmo do Decreto de criação do SIGAP, sendo uma delas a participação da sociedade civil na Câmara de Compensação Ambiental. Ressalta que o Conselheiro Chucre representa um passo fundamental, que foi dado há 6 ou 7 anos, chamado “Programa Serra do Mar” que removeu mais de 5.000 famílias de áreas de risco em Cubatão dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Destacou que, com a instalação do SIGAP surgiram novas categorias de áreas protegidas (áreas naturais tombadas, áreas úmidas, patrimônio mundial natural, áreas de cavidades subterrâneas, estradas-parques, ASPEs, paisagem cultural, eco-museu e monumento geológico) com um alargamento da visão da questão da conservação. Esclareceu que sua apresentação é sobre uma das recomendações do Relatório do CCSIGAP 2014 que se concretiza na criação da Comissão Permanente Encarregada da Ampliação e Criação de Novas Áreas Protegidas do Estado de São Paulo - CNAP, que tem a participação do Instituto Florestal e do Instituto de Botânica, além da Fundação Florestal e do Gabinete, que a coordenam. As bases desta Comissão são o Programa Biota da FAPESP, o SIGAP, a Comissão Paulista da Biodiversidade, as Metas de Aichi, a Reserva da Biosfera e os estudos do IF, do IG e da FF. O mandato é: “encarregada da criação e ampliação das áreas protegidas do estado de São Paulo”. As tarefas são levantar dados, conhecê-los, acompanhar os trabalhos de criação/ampliação das áreas protegidas, manter um cadastro das áreas protegidas em estudo, promover debates, etc. Os trabalhos da CNAP iniciaram-se com a busca das áreas que estão em estudo, para começar o embrião de um cadastro, onde algumas áreas já possuem informações detalhadas e outras com pouco detalhamento. Só no caso do IF, tem 10 áreas em estudo, decorrentes do Projeto Biota. Em sua apresentação, José Pedro mostrou várias listas de áreas como, por exemplo, aquelas cujos processos de criação estão avançados nos trâmites administrativos (apresentação anexa). Destacou os estudos em andamento sobre áreas a serem declaradas ASPEs e também sobre os geo-sítios, os monumentos geológicos que pode ter apenas valores geológicos e não precisam estar necessariamente acoplados com valores bióticos. É importante estabelecer a estratégia de como proteger estes sítios, lembrando que existe o Conselho Geológico que estará retomando suas atividades em breve. Destacou também os estudos que estão sendo feitos pela Fundação Florestal para as RPPNs (Federais e Estaduais) e as dificuldades de qualificação e de demarcação da área que o proprietário tem, não existindo muitas vezes um documento definitivo. Uma burocracia que diz respeito às questões fundiárias é sempre mais complexa. Informou que a Comissão Pró-Primatas Paulista indicou uma série de áreas importantes que precisam ser priorizadas na intenção dessa Comissão. Outra informação é sobre o Parque Nacional Marinho dos Alcatrazes, que foi anunciado pelo governo Federal há cerca de 5 (cinco) anos. Existe ali a questão dos bombardeios feitos pela Marinha que usava Alcatrazes como um alvo de treinamento. A notícia oficial dada pela Marinha é de que não estão mais fazendo esses bombardeios na ilha principal e que deslocaram os treinamentos para uma ilha bem menor (Ilha da Sapata). A proposta do governo federal é a criação de um Parque Nacional Marinho, cuja audiência pública já aconteceu há vários anos em São Sebastião. Parece que essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	proposta está sendo transformada em proposta de criação de Refúgio de Vida Silvestre. Destacou que existem gargalos na nossa capacidade de execução dos projetos, na capacidade de implantação e existe um gargalo na finalização, e por isso a definição de 7 áreas prioritárias. A audiência pública nem sempre tem sido organizada de forma muito cuidadosa sob o aspecto político com a ressalva que no Estado de São Paulo, por legislação estadual, consulta pública deve ter fóruns de audiência pública. Além das questões de gestão e de fiscalização. A secretária Patrícia solicitou resultados, que esses gargalos fossem desembaraçados e solicitou a definição de prioridades a este Conselho do SIGAP.	
Apresentação sobre Câmara de Compensação Ambiental – Alexandre Uehara	Alexandre Uehara (Secretário Executivo CCA) – esclareceu que sua apresentação se baseou numa linha de tempo para se entender perfeitamente como aconteceu a Compensação no Estado de São Paulo. Começando pelo SNUC que é a legislação que orienta a Compensação, essa Lei Federal 9985, artigo 36, fala que todos os empreendimentos de grande impacto devem fazer o apoio a unidades de conservação. A Compensação Ambiental é devida por esses empreendimentos e esses recursos podem financiar ações para UC de Proteção Integral ou para de Uso Sustentável quando essas forem afetadas diretamente pelo empreendimento. Os recursos da Compensação podem ser utilizados para as prioridades já definidas pelo Decreto 4340 de 2002: regularização fundiária, plano de manejo, implantação e gestão, monitoramento e proteção, estudos necessários à criação de novas unidades, desenvolvimento de pesquisas para manejo da unidade de conservação. De 2000 a 2004 a determinação da compensação era aprovada pelo CONSEMA, que definia a destinação dos recursos. Em 2004 foi criada a Câmara de Compensação Ambiental no Estado de São Paulo, órgão colegiado integrante da estrutura da SMA, e é coordenada pelo Secretário Adjunto da Pasta em exercício, tem membros do setor público com a participação da sociedade civil. As principais atribuições e o funcionamento CCA estão detalhados na apresentação em anexo. Não é atribuição da Câmara, determinar o valor da compensação ambiental, isso cabe ao órgão licenciador, aqui no caso a CETESB. Desde sua criação, foram mais de 250 empreendimentos analisados. A CCA serve de modelo para outros estados bem como para o Comitê Federal de Compensação, tendo um portfólio grande de Planos de Trabalho. A <u>sistemática da complementação do valor</u>, após o término do empreendimento, só São Paulo tem. Na hora de pedir a licença de operação, é feito um novo cálculo a partir do custo final do empreendimento, determinando assim a complementação da compensação. Valores históricos de toda a Compensação Ambiental desde sua criação até dezembro de 2014: tudo que foi analisado na CCA é de R\$ 402 milhões, uma parte foi depositada no modelo antigo (conta poupança) R\$ 230 milhões, e R\$ 172 milhões irão para o Fundo. O que se encontra na poupança, total já está destinado, sendo 84 milhões para o Município e para União R\$ 2 milhões, e o para o Sistema (IF, FF e IBt) R\$ 111 milhões, isso com base em dezembro/2014. Prioridades: os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCAs, acompanhamento da execução, definição das prioridades para aplicação dos recursos, articulação com o Conselho Consultivo do SIGAP, com a Comissão de Criação de Novas Áreas Protegidas, agilização dos repasses, estudos para elaboração de sistema de acompanhamento da Compensação Ambiental, com isso visando a transparência. Clóvis – Solicita esclarecimento sobre agenda histórica e os valores. Entende que agora vai ser re-priorizado.	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	Alexandre - esclarece que a CCA hoje destina recurso mediante apresentação de Planos de Trabalho que são apresentados pelos gestores das UC's, formando um banco de projetos aguardando a destinação de recursos. A priorização é devido à força do Decreto que pede que seja feito a prioridade nessa sequencia: Regularização fundiária, plano de manejo, ações de proteção. Berenice – Pergunta sobre o Pré-Sal que causa impacto direto na APA e que foi determinado na compensação. A primeira dúvida é – esse valor é deixado na APA Marinha ou ele pode a critério da Câmara ser desviado ou realocado para outras Unidades? Alexandre – Sempre acatamos o que o órgão licenciador defende. Se existe impacto em uma UC essa UC deverá ser contemplada. Especialmente do Pré-Sal o licenciamento é Federal, a SMA recebe a indicação do próprio ICMbio para que a CCA determine quais as Unidades que receberão esses recursos, só que o ICMbio já manda quais as Unidades que sofrem o impacto. Obrigatoriamente tem que ter uma destinação. Berenice – nesse caso existe Conselho Gestor dentro das UC's, existe algum papel do Conselho Gestor? Alguma gestão no uso da compensação ou o gestor da unidade faz o plano de trabalho e submete a CCA? Alexandre – é isso mesmo que acontece, o Plano de Trabalho vem das Unidades de Conservação e é encaminhado para CCA que discute e analisa a aprovação desse Plano de Trabalho. Berenice – chama atenção para o que é aportado para a proteção das UCs Carolina – Seria importante para o Conselho SIGAP refletir um pouco sobre os valores gastos. Quanto os valores gastos estão sendo proveitosos? Qual a eficiência e a efetividade desses gastos? Caberia um aprofundamento em avaliar cada um desses valores frente às necessidades de gastos para regularização, para proteção, etc. Porque podemos repensar o que seria prioritário para gasto. Carolina propõe que esse assunto seja discutido dentro do GT de Sustentabilidade Financeira. Ricardo – esclarece que a questão é muito mais complicada, porque temos as “diretrizes” e dependemos de projetos que são feitos pelo gestor da Unidade. Este gestor pode ter várias dinâmicas para consultar o Conselho Gestor e pode mandar projetos de reforma de esgoto da Unidade, projeto de reforma da biblioteca da Unidade e muito mais. Então foi uma decisão de 2014 tomada em função das dificuldades de regularização fundiária, e em função da impossibilidade de você aplicar alguns recursos de fiscalização. Por exemplo, se a Unidade não tem plano de manejo aprovado, nós jogamos tudo em Plano de Manejo. Chamo atenção que todas as decisões que vamos tomar aqui elas vão ter que ser viabilizadas na CCA. Rodrigo Victor – informa que participou da CCA de 2009 a 2012, e que o dinheiro da CCA não vai para o orçamento da SMA, porque saudável é a gente brigar pelo dinheiro da CCA para investimentos estratégicos que o Estado tem dificuldade de fazer e aí justifica o percentual baixo em proteção. A CCA não investe em custeio, o papel da CCA não é pagar vigilância das UCs, até porque você substituiu o que o Estado gasta em vigilância com o dinheiro da CCA é igual a regularização fundiária em 2 ou 3 anos o dinheiro vai embora. Acredita que o dinheiro seria melhor gasto com investimento em sistema de	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	monitoramento, de prevenção e combate de incêndios florestais. Clóvis – Regularização fundiária à luz do novo Código Florestal pode ser dinheiro desperdiçado, justamente porque se criou um código perverso, mas é Lei. Para reflexão - se gastar R\$ 150 milhões em regularização fundiária é prioritário? E o segundo ponto são os Planos de Manejo tem que ter com bastante critério, e acho que Plano de Manejo poderia custar 1/3 do preço e ser revisado de 3 em 3 anos para que realmente seja útil e possa encarar a realidade e não adianta ter um Plano de Manejo de R\$ 2 milhões com um monte de coisas que a Unidade não vai poder fazer nem em 20 anos, então é desperdício. Acredita que o Estado de São Paulo tem toda a condição de executar uma estratégia de execução de biodiversidade atacando prioridades, porque tem estudo para isso. O Estado de São Paulo não pode alegar que não tem visão estratégica sobre as ações de conservação de biodiversidade. José Pedro – finaliza sua apresentação com novos slides referentes às 7 (sete áreas), conforme anexo. Ricardo Rodrigues – na Câmara de Compensação Ambiental, foi discutida a criação de novas Unidades considerando 2 critérios – 1º o critério da onde não tenha UC em São Paulo, e aí reforço as áreas de Bauru e Cajuru que são 2 áreas – uma de cerrado e outra estacional na questão do interior, e pq esta estratégia – uma pq já tem muitas UCs no litoral e outra que pelo preço da terra é onde terão as maiores compensações em Reserva Legal, inclusive isso já está acontecendo em várias delas, pela questão do preço da terra. José Pedro – comentou que no caso de Cajuru acrescenta-se o fato de que a Reserva Legal não seria compensada em outro local, mas na própria região. Djalma Weffort – gostaria de seguir na mesma linha do Ricardo levando em conta a fisionomia, isso é uma emergência e que nos leva a reflexão. Na questão das oportunidades e do custo, trabalhar questão das Reservas Legais em áreas devolutas. Hoje tanto o INCRA como o ITESP são proprietários de algumas reservas que estão lá à disposição e que não tem custo e algumas delas formam um Mosaico e interligações e incluir dentro desses critérios, envolvendo inclusive a restauração e hoje pode ser feito inclusive pela compensação. Berenice – a Discussão sobre a Câmara de Compensação Ambiental trouxe um questionamento “A CCA não deve ser o instrumento para resolver a lição de casa da SMA – recebeu um manifesto do conselho de representantes dos funcionários da Fundação Florestal pela valorização de quem cuida da Unidade de Conservação do Estado. Propõe discutir no âmbito do Conselho para dar “uma forçada” e trazer o assunto para dentro da SMA – como a gente faz para que a Secretaria faça sua parte”.	
Rodrigo Victor: Apresentação sobre a contribuição das UCs Estaduais para o abastecimento público de água no Estado de São Paulo	Apresentação sobre a contribuição das UCs Estaduais para o abastecimento público de água no Estado de São Paulo. (anexo) O Artigo 38 do SIGAP institui alguns instrumentos e algumas possibilidades de remuneração para as UCs a partir dos seus serviços ecossistêmicos. O Artigo 32 que é um espelho de um dos Artigos do SNUC diz que as empresas responsáveis pelo abastecimento de água devem contribuir por esse benefício que elas recebem propiciado pela UCs. Para regulamentar isso no âmbito do Estado de São Paulo, fazer com que as UCs tenham condições de receber pelo serviço ecossistêmico foi criado o GT Sustentabilidade Financeira. 1º passo – como a gente mede a UC para abastecimento público. Isso é algo	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	totalmente dependente da escala que estamos trabalhando. Se vamos trabalhar na escala de 1 UC, podemos medir diretamente na vazão e vamos obter a informação quali-quantitativa do papel que a Unidade exerce para abastecimento público, ou para qualquer modalidade de abastecimento público. Na escala do Estado isso se torna mais difícil, e a opção foi trabalhar com as outorgas do DAEE, sendo esse o instrumento mais próximo para fazer a medição. Informa que temos 850 pontos de outorgas para abastecimento público no Estado de São Paulo. O grande hot-spot de água a grande área do entorno da Cantareira e das APAs Pira-Cantareira. Outro hot-spot é o Parque Serra do Mar mais sua zona de amortecimento que contribui com 8% da água do Estado, ele tanto produz e reserva a água para abastecimento tanto do Litoral quanto do Planalto e não podemos esquecer que o alto Tietê é alimentado pela Serra do Mar. Clóvis - parabeniza Rodrigo Victor e diz que agora é o momento de estabelecer contato com o Governo antes de a crise aumentar nos próximos meses. Rodrigo – as UC estão produzindo uma quantidade de água e o orçamento da Sabesp que é a maior concessionária, ou seja, a receita da SABESP corresponde a 100 anos do orçamento da Fundação Florestal.	
Diretrizes da SMA 2015-2018	Malú – apresentou as Diretrizes da SMA para 2015-2018 (5 eixos prioritários) (em anexo), esclarecendo que ressaltou nesta apresentação apenas as ações que têm interface direta com as proposições do Relatório do CC SIGAP 2014 e com o Decreto 60.302/2014 que criou o SIGAP. Após o término da sua apresentação, propõe os temas a serem discutidos na parte da tarde, discutir sobre dois grupos que já existiam e que têm resultado de trabalho expresso no Relatório do CC, e a proposição de se formar um GT para aperfeiçoamento contínuo de critérios para escolha de novas áreas a serem ampliadas e criadas, e para aplicação dos recursos da CCA. Informa então que a tarde será dedicada a três grupos de trabalhos, 2 deles já existiam (Planos de Manejo e Sustentabilidade Financeira) sendo que este último já estava sendo trabalhado em paralelo na Fundação Florestal, assim como na questão dos Planos de Manejo. É uma maneira de se institucionalizar na SMA o que está sendo feito no SIGAP, porém temos que ter certo que somos uma instância de Conselho e de que nós não executamos. Mesmo assim percebemos que este Conselho tem suas sugestões contempladas na gestão da SMA. E o terceiro grupo é o de Aperfeiçoamento Contínuo de Critérios tanto para criação de novas áreas e para aplicação dos recursos da CCA.	
Discussão sobre os Grupos de Trabalho Plano de Manejo, Sustentabilidade Financeira e o novo GT Critérios	A proposta que a reunião seja focada em Plano de Manejo, GT de Sustentabilidade Financeira e a Criação do novo GT de Critérios foi acatada. José Pedro – Não podemos deixar o caminho principal deste Conselho, que é o de acompanhar o Sistema como um todo, exemplo: a escola de gestores está encaminhada? Nós queremos saber como ela será encaminhada. Relatórios periódicos, por que senão não faz sentido. Para ver a coisa melhorar, não é só como um direito, mas especialmente como um dever nosso de acompanhar. Ricardo Rodrigues – eu não sou governo, então eu entendo este Conselho como Consultivo, que exerce o papel inverso, o de gerar demandas para a SMA e não vice-versa. Temos um papel fiscalizador para o qual ele foi criado – as Unidades de Conservação.	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	Propõe para a próxima reunião, uma discussão de como vão ser equacionados esses pontos do Relatório, para que possamos ter acompanhamento ao longo do processo. Como exemplo fala sobre os GTs que devem ser assumidos pela SMA, como a importância dos Planos de Manejo sejam desburocratizados, talvez até em termos de conteúdo. Já conseguimos reduzir bastante o custo deles, e pedir a FF e ao IF uma proposta de Plano de Manejo, pois na FF e IF existem pessoas muito capacitadas para avaliar os PMs. Mário Orsi – talvez fazendo um link com que o Ricardo colocou e mesmo a conversa com o Rodrigo no almoço, a questão do critério realmente talvez seja o GT mais espinhoso, no sentido bom da palavra. Insiste que o Conselho esquece o que fica embaixo da água, infelizmente. Comenta que foi assistir uma apresentação e que chamou atenção que dentro de uns 15 anos poderá ocorrer a extinção de 27 % da nossa fauna aquática (de invertebrados para cima). Ressaltou também um problema que nenhuma UC no Brasil contempla a calha de rios. Ricardo Rodrigues – ressalta que não há programa de recuperação de rios. Aqui no Brasil se pensa em recuperação de Mata Ciliar. José Pedro – destaca que daqui para frente devemos ter nas reuniões do CCSIGAP uma sessão de acompanhamento da evolução dos trabalhos relacionados, ou seja, programas, eixos ou diretrizes e cronogramas. Clóvis – Coloca que o que está sendo discutido é um equívoco, pois critérios devem ser os cuidados para a conservação da biodiversidade, as Unidades de Conservação são apenas uma das ferramentas para fazer a conservação da biodiversidade. Acredita que isso acontece como um distúrbio de interpretação. Rodrigo Victor – Ressalta a importância do GT3, pois foi levantado um monte de sugestões e acredita que chegou a hora de passar para SMA. A sugestão é que se interrompa o GT3, para o pessoal do SIGAP, enquanto SMA leve para dentro do Sistema, evoluir e trazer informes para o Conselho. Carolina – Hoje temos 2 instrumentos na SMA sobre os quais o Conselho deveria olhar para assegurar que o que foi proposto no Relatório seja minimamente contemplado nas escalas. Um são as diretrizes que a Malú apresentou (5 eixos prioritários). Ricardo Rodrigues – concorda com a Carol, mas só invertendo um pouco os papéis. Reforçando que somos um Conselho Consultivo e devemos discutir as ações que consideramos importantes na questão da biodiversidade, incluindo Unidade de Conservação, mostrando dados e efetivamente devolver para a Secretaria e pedindo qual seria o encaminhamento daquele assunto, e aí estaremos monitorando. Destaca que o Conselho precisa dos Relatórios dos GTs para encaminhamento à SMA. Djalma Weffort – complementando o pensamento do Ricardo, lembra que uma das ideias do GT3 foi o problema com as rodovias, porque as concessionárias não só estão atropelando nossa fauna como também não estão pagando nada para a unidade ou não estão revertendo parte do que arrecadam no pedágio para as Unidade. Malú – propõe que cada coordenador de GT pince as propostas mais elaboradas,	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
	dimensionar em termos de execução e pedir priorização. Clóvis – ficando de acordo com essa exposição me pergunto, se o caso do GT de Sustentabilidade Financeira, seria interessante o GT e o SIGAP como um todo pedir uma meta de aplicação. Que seja ousada, com motivação, um posicionamento nosso, pela magnitude do planejamento que deve ser feito, nós estimamos e assumimos um desafio de uma forma mais concreta que devemos fazer pressão de que esses mecanismos devem ser colocados em prática. Estabelecer uma meta, um desafio como parte do relatório. José Pedro – Lembra que a Secretária-Adjunta pediu que o Conselho criasse um grupo de aperfeiçoamento contínuo de Critérios para Novas Áreas Protegidas e a Câmara de Compensação Ambiental. Pergunta quem gostaria de fazer parte do GT proposto: José Pedro, Djalma, Mário, Rodrigo, Carol. Observa que está presente o Sr. Marco Nalon que fez um estudo muito interessante que resultou num mapa. Propõe a apresentação do estudo feito pelo Sr. Nalon numa próxima reunião. Malú – registra que a prof. Sueli quer participar do GT de Plano de Manejo. Clovis – Para fazer um contraponto com que o Rodrigo falou: Reserva Legal, APP de proprietário desmazelado, descuidado, é área morta, é área sem diversidade, são áreas desprotegidas. Djalma – conta de sua experiência na região oeste de São Paulo, que os proprietários Unidade de Proteção Integral do que uma APA, ou do que um Refúgio de Vida Silvestre ou mesmo uma RPPN. Em algumas consultas públicas os proprietários queriam ser indenizados com justo valor da terra para ficar livre daquela área, porque era área de várzea, porque impedia de produzir naquela área e isso já faz algum tempo, e não havia ninguém que se opunha, mesmo porque essa área é uma região muito carente. Já no litoral eu vejo que há uma resistência muito grande de criar novas áreas. Então vamos ter que levar isso em consideração. E, temos que trazer as agências de reforma agrária para essa discussão para o Estado de São Paulo para poder contribuir para a criação de novas Unidades às vezes até aproveitando áreas que estão degradadas para fazer restauração. José Pedro – ITESP está querendo passar as áreas de assentamento para a SMA tomar conta. Precisamos ter cuidado, para não virarmos tomador de conta de área de assentamento. Malú – sugere marcar a data do novo GT para 30 de junho das 10h00 as 13h00. Encerra a reunião agradecendo a presença de todos, como sempre muito participativos. E mais, comenta que dia 27 de março o SIGAP fez 1 ano do Decreto. Gostaria de fazer uma reunião comemorativa, mais vai ficar para a próxima, porque foi um grande feito por ter conseguido formar o Conselho e em cinco meses fizemos mais de 27 reuniões, apresentou um relatório muito denso, com muito resultado. Foi um ano de grandes realizações.	
Sugestões de Pauta	- apresentação do estudo feito pelo Sr. Nalon numa próxima reunião. - Fernando Chucre – Solicita que nas próximas reuniões seja incluída a apresentação de dois programas da Serra do Mar e do Litoral Sustentável - Cybele sugere que numa próxima reunião seja incluída a apresentação sobre o GT da Juréia (para implantação do mosaico da Juréia-Itatins).	



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO CONSULTIVO SIGAP	ATA DE REUNIÃO 5ª Reunião Ordinária (26/05/2015)	N.º Minuta
---------------------------	---	---------------

Encerramento	Agradecendo a presença e o empenho de todos os participantes pelo excelente resultado dos trabalhos desta reunião, Malu Freire dá por encerrada a reunião.
--------------	--

PRÓXIMA REUNIÃO

Data	Hora	Local
13/08/2015	10h00-13h00	Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 – Prédio 6 1º andar- Sala CONSEMA

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS

RESPONSÁVEL

a	Consolidar em um pdf com o histórico do SIGAP e enviar a todos os Conselheiros	- Secretaria Executiva
b		-
c		-

RELATOR

Nome	Assinatura	Data
Virginia Dorazio		

ANEXOS NO LINK: <https://drive.google.com/folderview?id=0B97ab8z9tMSYd2g0a2thSURIXzA&usp=sharing>